

CIDADES PEQUENAS E AGRICULTURA URBANA NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

SMALL TOWNS AND URBAN AGRICULTURE IN THE CONTEXT OF THE COVID PANDEMIC 19

**Ana Maria Girotti Sperandio¹, Barbara Bonetto²,
Tailana Fraga Lima³ e Jussara Conceição Guarnieri⁴**

Resumo

Na pandemia COVID-19, iniciativas envolvendo estratégias de agricultura urbana foram implementadas ou expandidas, sistemas de abastecimento e transformação dos territórios urbanos são tópicos frequentes de pesquisa e reflexão atuais. A cidade de Conchal/SP traz exemplos de práticas de cidades saudáveis, incorporadas ao seu território, gestão pública e planejamento urbano e suas experiências podem ser estudadas para replicação em outras cidades pequenas. Este artigo tem como objetivo identificar e destacar convergências da agricultura urbana e premissas das cidades saudáveis, na perspectiva do enfrentamento da pandemia e suas consequências e que contribuam para o planejamento urbano nas cidades pequenas. A pesquisa consiste em um estudo descritivo com uma abordagem qualitativa e exploratória. A agricultura urbana e recuperação de vazios urbanos em projetos comunitários podem ser pensadas no contexto do enfrentamento da insegurança alimentar agravada pela pandemia, na esfera do planejamento urbano baseadas nas premissas das cidades saudáveis.

Palavras-Chaves: agricultura urbana, cidades saudáveis, COVID-19.

Abstract

In the COVID-19 pandemic, initiatives involving urban agriculture strategies were implemented or expanded, supply systems and transformation of urban territories are frequent topics of current research and reflection. The city of Conchal / SP brings examples of healthy city practices, incorporated into its territory, public management and urban planning and its experiences can be studied for replication in other small cities. This article aims to identify and highlight convergences of urban agriculture and the premises of healthy cities, in the perspective of facing the pandemic and its

1 Profa. Dra. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC) da UNICAMP. Pesquisadora líder do Grupo de Pesquisa em Metodologias do Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis da FEC/UNICAMP. Campinas [SP] Brasil. <amgspera@fec.unicamp.br>

2 Mestre profissional em Master of Public Health Community Health Education. Pela Southern Illinois University Carbondale, SIU, Estados Unidos. Farmacêutica e Bioquímica pela Universidade de São Paulo-USP -SP. Mestranda da linha de pesquisa cidades e metodologias de planejamento urbano e cidade saudável. Vinculada ao Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR-FEC/UNICAMP) e ao Grupo de Pesquisa em Metodologias de Planejamento Urbano e Cidades Saudáveis. FEC/UNICAMP. Campinas [SP] Brasil. <b234647@dac.unicamp.br >

3 Arquiteta e urbanista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidades FEC- Unicamp. Pesquisadora do Laboratório de Investigações Urbanas (Labinur/FEC-Unicamp). Campinas [SP] Brasil. <t261927@dac.unicamp.br>

4 Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Campinas. Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Herminio Ometto de Araras, UNIARARAS. Educadora Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Gestora no município de Conchal em Promoção da Saúde, coordenadora do programa AGITA CONCHAL e coordenadora local da Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis - RMPS em Conchal. <jussaraguarnieri@hotmail.com >

consequences and that contribute to urban planning in small cities. The research consists of a descriptive study with a qualitative and exploratory approach. Urban agriculture and the recovery of urban voids in community projects can be thought of in the context of coping with food insecurity aggravated by the pandemic in the sphere of urban planning, using the premises of healthy cities.

Keywords: urban agriculture, healthy cities, COVID 19.

Introdução

Redes de abastecimento local de alimentos e o acesso à alimentação saudável fazem parte das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para integrar a saúde no planejamento urbano e territorial, nas dimensões de saúde pública ecológica e promoção da saúde (UN-HABITAT; WHO, 2020).

A agricultura urbana é definida como a produção agropecuária inserida na cidade ou em seu entorno e traz benefícios à saúde, ao ambiente e economia local, com redução da pobreza e insegurança alimentar, contribuindo com a inclusão social e a promoção da saúde (FAO, 2019). No contexto da pandemia, iniciativas envolvendo estratégias de agricultura urbana, e comercialização da produção de pequenos agricultores, foram implementadas ou expandidas em diversas cidades no Brasil e no mundo (COSTA, 2020; URBINLAB, 2020; CHERNARIDES, 2021).

Nas cidades pequenas, experiências exitosas em planejamento urbano que integra estratégias de promoção da saúde, ganha visibilidade pela atuação de redes de trocas de saberes, como é concebida na Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS), que promove eventos e atividades que abordam o urbanismo e políticas públicas saudáveis tendo a cidade como *locus* de ação, a rede completou no ano de 2021, 17 (dezessete) anos de atividades (RMPS, 2021).

Períodos em crises como a vivida na pandemia COVID-19, torna-se importante repensar o ordenamento territorial e os impactos que ele traz no contexto da doença, apontando para a necessidade de realizar ações conjuntas e intersetoriais que atendam às necessidades básicas de população, principalmente as vulneráveis. Como alternativa, a agricultura urbana tem sido indicada como estratégia de potencial para fortalecer o tecido urbano, em instrumentos que consideram o uso temporário ou permanente de vazios urbanos para este uso (DELGADO, 2020).

Cidade saudável é um movimento lançado nos anos 1980 a partir da Carta de Ottawa para promoção da saúde (WHO, 1986) e do movimento *saúde para todos* (WHO, 1986). Tem como pré-requisitos a criação e fortalecimento de parcerias para projetos intersetoriais; compromisso e vontade política; visão estratégica integrativa; governança e gestão democráticas; formação e fortalecimento de redes para atender os objetivos de criação de ambientes que favorecem o desenvolvimento e manutenção de hábitos saudáveis e incentivem a autonomia individual e coletiva (TSOUROS, 2019).

Da Silva (2020) a partir de seu estudo em Maceió-AL, apontou a necessidade de promover o incentivo da agricultura urbana e periurbana no território por meio do plano diretor. A agricultura como um tema aglutinador e integra fluxos em redes sociais em diferentes instâncias da vida destacando a importância da participação social para a reforçar a organização social comunitária para uma governança territorial (MARGEM; SILVA, 2021).

Este artigo adotou como definição de cidade saudável proposta por De Leeuw em 2017 e Brandão em 2010. De Leeuw (2017) aponta a cidade saudável como sendo um local que propicia o trabalho conjunto e criativo, onde as instituições são moldadas por arranjos de governança que promovem a saúde equitativa e o bem-estar para todos. Bem como a definição descrita por Israel Brandão (2010) que atrela a condição de município potencialmente saudável àquele que é amado e cuidado por seus habitantes, e apresenta uma teia de relações intersetoriais para o desenvolvimento da qualidade de vida, em que os índices elevados de desenvolvimento, não são portanto, o que definem um território saudável.

Pesquisadores da área da saúde pública e planejamento urbano têm estudado metodologias de integração da promoção da saúde com o desenvolvimento urbano, que prioriza a implementação de estratégias para atingir os objetivos de: sustentabilidade ambiental, social e econômica, resiliência das cidades, capacidade de adaptação para as mudanças climáticas, e novas respostas às demandas da população, em um processo que aborda a governança dos territórios e a promoção e proteção da saúde (CAPOLONGO *et al.*, 2020), dessa maneira suas premissas podem contribuir no enfrentamento de pandemia em cidades de pequeno porte.

Nesse sentido, torna-se pertinente a reflexão em relação ao alcance da agricultura urbana no processo de construção democrática do espaço e seu impacto frente à pandemia COVID-19, considerando as dimensões como: acesso a alimentação saudável, insegurança alimentar, rede local de abastecimento, e mecanismos de planejamento urbano e participação social e saúde. Este artigo tem como objetivo identificar e evidenciar convergências da agricultura urbana com as premissas da cidade saudável no contexto pandêmico e a importância de utilizá-la como uma estratégia de planejamento urbano para as cidades pequenas.

Percursos metodológicos

O estudo foi desenvolvido em Conchal, cidade localizada a leste do Estado de São Paulo, e como uma população estimada de 28.273 habitantes segundo o IBGE (2020). O município participa da RMPS desde 2010, tem projetos ativos e de longa duração de hortas comunitárias e jardins com canteiros medicinais, que são monitorados desde sua concepção. Implantou marco legal para políticas públicas saudáveis por meio do Decreto nº 3.226 de 10 de setembro de 2010 e através da Portaria N° 1761 de 2014 e recebeu apoio do Ministério da Saúde para execução de iniciativas para as cidades saudáveis (GUARNIERI, 2018). Em 2011 iniciou uma Horta Comunitária no bairro do Planalto, concebida por meio de articulação entre Universidade, Prefeitura Municipal e Unidade Básica de Saúde, denominada de *Horta Comunitária Cultive a Vida com Saúde*. Ainda, a cidade possui um Canteiro de Plantas Medicinais, implementado em 2018, por meio da interação de uma segunda Unidade Saúde da Família (USF) com os moradores do entorno de bairros vulneráveis, o poder público e a RMPS (LABINUR, 2019).

A cidade de Conchal/SP traz exemplos de práticas de cidades saudáveis, incorporadas ao seu território, gestão pública e planejamento urbano e suas experiências podem ser estudadas para replicação em outras cidades pequenas.

O artigo consiste em um estudo descritivo com uma abordagem qualitativa e exploratória. Foi realizado levantamento bibliográfico e documental, (GIL, 2008), com leitura em profundidade de marcos legais, considerando dados da pandemia

e problemas relacionados a acesso à alimentação, referenciais teóricos de cidades saudáveis e agricultura urbana, como: Lei nº 10.257/90 - Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990), Política Nacional de Promoção da Saúde de 2014 (BRASIL, 2014), Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS de 2006 (BRASIL, 2006) e artigos científicos com temas afins.

No escopo deste artigo, as hortas comunitárias foram utilizadas com objeto de estudo devido sua interconexão com as estratégias de planejamento urbano, promoção da saúde e potencial no enfrentamento das consequências da pandemia. Durante a realização desta pesquisa foi realizada visitas virtuais espontâneas com a participação da gestão municipal e representantes da comunidade que trabalham, e consomem, na horta. O intuito foi observar as dinâmicas das atividades no local, conversar, a distância, para compreender como a horta contribui na vida das famílias que possuem canteiros e das famílias que adquirem os produtos, e analisar como a pandemia influenciou na rotina. Conforme Gil (2008) a coleta de dados *in loco*, por meio de uma entrevista informal não estruturada, possibilita uma visão geral do problema pesquisado onde é possível explorar determinantes que incidem diretamente no objeto em estudo.

Os dados foram organizados de acordo com os elementos da *Mandala Conceitual Sperandio* (SPERANDIO, 2018; 2020) que tem como propósito a coalizão de princípios e valores a serem considerados no processo de desenvolvimento do planejamento urbano, como: políticas públicas ambientais, econômicas e culturais; respeito e solidariedade; resiliência humana; amorosidade; ações intersetoriais; identificação de liderança local; coalizões locais; participação social; respeito às diversidades; vontade política; afetividade; entendimento e revitalização da autonomia coletiva.

A *Mandala Sperandio* foi utilizada neste estudo, para apontar a presença dos elementos que a compõem e que fazem parte do desenvolvimento do planejamento urbano da cidade saudável, conforme Sperandio (2020). Para tal, foram utilizados os registros identificados nos relatórios das visitas técnicas e virtuais, informações desses projetos disponibilizadas no site da prefeitura municipal de Conchal/SP e atas de reuniões com gestores e representantes da comunidade durante o período de 2015 a 2021. Este conjunto de informações foram mapeadas e relacionadas conforme os elos aglutinadores da Mandala.

A Mandala é um instrumento que está em constante estudo e aperfeiçoamento de seus termos e busca a *Coalizão das estratégias de planejamento urbano e promoção da saúde para cidades saudáveis*, e foi proposto a partir da sistematização de conceitos retirados da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS, 2014) integrados às premissas das cidades saudáveis (UN-HABITAT; WHO, 2020).

Neste artigo foi considerada a experiência da agricultura urbana desenvolvida na cidade em estudo como uma ação para enfrentar a fome provocada pela pandemia, assim como uma das estratégias que evidenciam o planejamento urbano para uma cidade saudável. Para sinalizar como uma estratégia positiva que contemple o indivíduo e a cidade e promova a saúde, considerando-a como um determinante que pode contribuir para novos modos de viver que contribuem para a saúde da sociedade. O modelo de determinantes sociais da saúde de Dahlgren e Whitehead (1991) indica diferentes níveis e dimensões que se conectam na escala micro ao macro com a finalidade de reduzir as iniquidades em saúde e estimular o desenvolvimento de projetos que possam melhorar o bem-estar, considerando o território e as pessoas que vivem nele (BUSS; PELLEGRINI, 2007; GADELHA *et al.* 2012), conforme figura 1:



Considerando a pluralidade de contextos, históricos e características dessas localidades seja extremamente ampla, fazem parte das metodologias das cidades saudáveis a compreensão deste entorno e condicionantes e incorporação deste conhecimento nas tomadas de decisão, planejamento e implementação de estratégias (SPERANDIO, 2020).

As visitas técnicas realizadas no município de Conchal/SP deste estudo no período de 2015 a 2021 foram registradas em relatórios técnicos em função da Disciplina de *Planejamento Urbano como Promotor da Saúde*, ministrada anualmente e protocolados no Laboratório de Investigação Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas.

Resultados

No levantamento bibliográfico observou-se que a pandemia COVID-19 afeta desproporcionalmente as populações mais pobres, e agravou as preocupações com a fome e insegurança alimentar (SOUZA *et al.*, 2021). Documentos nacionais e internacionais apontaram que medidas urgentes para garantir o direito ao acesso à alimentação necessitam ser pensadas de maneira sistêmica, e incluem ações territoriais locais, relacionadas à facilitação da produção de alimentos saudáveis por pequenos produtores (FIAN, 2020).

Iniciativas como hortas comunitárias estão alinhadas com um conjunto de metas previstas na Agenda 2030 (ONU, 2015) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrange as dimensões de: fome e agricultura sustentável (ODS 2); saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), redução das desigualdades (ODS 10) e cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11).

A OMS inclui redes de abastecimento de alimentos, e agricultura urbana e periurbana e elenca medidas de planejamento e meios de promoção da saúde e de equidade em



Figura 2 - Horta comunitária Cultive a Vida com Saúde, localizada no bairro Planalto, município de Conchal/SP. Fonte: Arquivo próprio, 2021.

saúde nas seções de planos e mecanismos e de regras e regulamentos (UN-HABITAT; WHO, 2020).

No Brasil, a pesquisa de orçamento familiar (IBGE, 2019) apontou que a insegurança alimentar, em 2017 e 2018, havia atingido níveis críticos. Esta situação deve ser agravada e orientações para políticas públicas pós pandemia reforçam a importância de estimular a produção doméstica e garantir o acesso à renda para agricultores (IPEA, 2020).

As hortas comunitárias contempladas neste estudo por meio da experiência de Conchal/SP, são uma estratégia de planejamento urbano saudável, promoção da saúde e desenvolvimento local, e contribuem com o acesso à alimentação de qualidade e distribuição de alimentos, figuras 2 e 3.

As famílias que possuem canteiros na horta, relataram benefícios com a participação do projeto durante a pandemia, principalmente com relação ao acesso a renda, utilizada geralmente na compra dos outros itens alimentícios, e destacam a utilização do tempo livre em um local aberto, amplo, seguro, agradável e situado no meio da natureza como elemento protetor da saúde mental.

Durante as visitas virtuais⁵, que contou com a presença de aproximadamente vinte pessoas, foi possível observar pessoas trabalhando e comprando alimentos, seguindo as recomendações para evitar a propagação do vírus, como o uso de máscaras de proteção fácil e distância segura entre usuários. De acordo com relatos dos consumidores da horta durante essas visitas, a compra direta traz maior segurança, por ser realizada em um ambiente aberto e com menor número de pessoas, com preços mais acessíveis e a qualidade dos produtos superior.

⁵ Durante os anos de 2020 e 2021 foram feitas quatro visitas virtuais semestrais: duas pela plataforma google meet e duas por vídeo chamada, com a duração de uma hora cada encontro, todas com a participação de uma *stakeholder* e usuários que estavam no local.



Figura 3 - Divisão de canteiros na Horta comunitária no bairro Planalto na cidade de Conchal/SP. Fonte: Arquivo próprio, 2021.

Dentre os fatores relacionados ao êxito do projeto destacam-se, na dimensão da governança, a vontade política, a tomada de decisão participativa em conselhos, criação e cumprimento de regimento interno, a transparência de regras e critérios de seleção e funcionamento, e a seleção de local apropriado. Para realização do projeto o governo municipal cedeu durante 30 (trinta) anos o terreno com mais de 9.000m² (nove mil metros quadrados), de 2011 a 2014 com recursos advindo da Política Nacional de Promoção da Saúde e beneficia aproximadamente 30 (trinta) famílias em situação de vulnerabilidade social que estão cadastradas na Unidade de Saúde da Família *Maria Silva Batista Correia*. A seleção do público alvo, priorizando famílias como aposentados, baixa renda e que devem morar no entorno da horta, foi organizada pela equipe da saúde local.

A participação social, a autonomia dos integrantes, o avanço na implementação de Políticas Públicas Saudáveis e o apoio da Governança local, são fatores visíveis de se observar nesse projeto de Promoção da Saúde através dos relatos dos participantes, do governo local e dos líderes da Horta Comunitária.

Iniciativas de solidariedade permeiam as dinâmicas da horta e no projeto foram identificadas no decorrer desses seis anos de pesquisa através da observação de relatos dos pequenos produtores pertencentes a horta comunitária as ações de distribuição de mudas, doação da produção excedente ao hospital local e na fala dos clientes sobre a priorização da compra direta com produtores pequenos como forma de contribuir com suas famílias, tudo isto mesmo antes da pandemia COVID-19, mas que se intensificou nesse diferente período que vive o mundo.

Esses e outros dados qualitativos coletados localmente e em relatórios foram sistematizados utilizando a estrutura da Mandala *Sperandio* (2020) na perspectiva do desenvolvimento de cidades saudáveis e monitoramento de estratégias integradas do planejamento urbano e da promoção da saúde, conforme demonstrado a seguir no quadro 1.

METODOLOGIAS PARA CIDADES SAUDÁVEIS E ENFRENTAMENTOS DE CRISES	EVIDÊNCIAS DA PROMOÇÃO DA SAÚDE AGRICULTURA
MANDALA SPERANDIO	VISITA VIRTUAL
Políticas públicas ambientais, econômicas e culturais	Política ambiental saudável com duração de 9 anos e atualmente fonte de fornecimento de alimento como estratégias para amenizar os impactos da pandemia;
Resiliência humana	Acesso à renda, convivência e criação de vínculo sociais e urbanos, diminuição de doenças, redução de taxas de mortalidade;
Respeito e solidariedade	Espaço para convivência e criação de vínculo, doação de alimentos, distribuição de mudas;
Amorosidade	Sentimentos renovados pelo lugar e comunidade alimentos frescos, orgânicos e saudáveis. Ocupar um vazio urbano degradado;
Ações intersetoriais	Articulação entre profissionais da prefeitura, Universidade, Rede e da Comunidade Local;
Identificação de liderança local	Propicia engajamento da comunidade, redes que interagem e cuida, iniciativa auto dirigida;
Entendimento e revitalização de autonomia coletiva	Acesso à renda, ao conhecimento, a oportunidade e a participação social;
Coalizões locais	Forma grupo coeso e responsável pelo projeto e local;
Participação social	Propicia o engajamento na construção coletiva do espaço, desperta vontade de participar em outros projetos;
Vontade política	Políticos percebem êxito do projeto e podem estimular reverberações, estudos de ampliação e desenvolvimento local coletivo;
Respeito à diversidade	Espaço de convivência com o diferente, tarefas e objetivos compartilhados, decisões realizadas em conselhos; perceber a necessidades de outrem;
Pertencimento	Criação de laços com o entorno, espaço para interações sociais e o proteger e promover a cidade;

As evidências descritas no quadro 01 apresentaram fatores imensuráveis como criação de laços, coesão e sentimentos renovados e puderam ser associadas à totalidade dos conceitos elencados da Mandala *Sperandio* (2020). O conjunto desses elementos pode identificar possíveis marcadores para as cidades saudáveis e contribuir no avanço de metodologias do planejamento urbano que leva em consideração evidências da promoção da saúde na tomada de decisão sobre zoneamento, investimentos e políticas públicas urbanas.

A amplitude dos resultados observados e a dimensão múltipla e conectada da saúde integral e preservação ambiental requer um processo de avaliação e monitoramento capaz de capturar esta complexidade. A utilização da estrutura da Mandala *Sperandio* (2020) demonstrou visualmente a interdependência e a sobreposição de conceitos,

Quadro 1 - Relação entre a Mandala Sperandio e as evidências da agricultura urbana na cidade de Conchal/SP. Fonte: Autores, 2021.

formato que se alinha com as metas de um plano de ação transversal de projetos para subsidiar a implementação de políticas públicas saudáveis e intersetoriais na escala municipal.

Sob a ótica de benefícios ao indivíduo foram identificados resultados relacionados à saúde física, como a diminuição de doenças, aumento da atividade física e melhora na alimentação. Apontamentos relativos à saúde mental foram encontrados nos registros da experiência, e incluem acesso a um espaço de lazer e troca de experiências, fortalecimento de vínculos, empoderamento, participação social, autonomia e pertencimento.

A contribuição com a segurança alimentar é um ganho direto de iniciativas como hortas que aumentam a oferta local de alimentos de qualidade, livres de agrotóxicos e frescos, com compra direta e facilitada. Em momentos mais restritos da pandemia COVID-19 as feiras livres não funcionam, pois, tendo seu horário limitado podem causar aglomerações. Na horta a dinâmica de permanecer aberta todos os dias em horário extenso, com circulação e troca das pessoas presentes, em um amplo espaço, favorece o acesso consistente à alimentação saudável.

Nos relatórios e nas visitas observou a descrição de benefícios territoriais como recuperação de área degradada, preservação ambiental e ausência de lixo no espaço. Relacionado a dinâmica do bairro pode-se observar que muitas pessoas vão para a horta caminhando ou de bicicleta e aproveitam as sombras das árvores ao entorno, o que pode contribuir com a atividade física e a vivacidade da região.

Resultados positivos com relação a fatores econômicos como acesso a renda, oportunidades de escambo e diminuição de gastos com medicamentos e alimentação também podem ser identificados nos trabalhos técnicos desenvolvidos nos últimos anos pelo Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR, 2015; 2016; 2017; 2018; 2019).

Políticas públicas sobre alimentação saudável, em escala local, são necessárias para o acesso, garantido quando a comunidade pode facilmente plantar, cultivar, encontrar, obter, transportar, preparar e comer. Neste sentido, o planejamento urbano e a implantação de políticas públicas saudáveis são elementos fundamentais, que podem estimular a inserção de práticas orgânicas e agroecológicas no território e promover a saúde.

Os desafios para implantação de hortas urbanas e periurbana devem ser normalizadas com a adoção de novos marcos legais e regulatórios, como a Política Nacional de Agricultura Urbana, projeto de lei nº 906 de 2015 que aguarda apreciação do Senado, e que tem como objetivo a ocupação de espaços urbanos ociosos como forma de garantir alternativa de renda e segurança alimentar a populações vulneráveis (BRASIL, 2015).

Discussões

O planejamento de uma cidade influencia a insolação e permeabilidade dos solos. Pensar cidades com áreas disponíveis e apropriadas para uma produção local comunitária de alimentos de qualidade é contemplar a saúde em suas práticas e essencial para a resiliência urbana. Na perspectiva dos aparatos legais, o plano diretor e a lei de uso e ocupação do solo são instrumentos que podem estimular a agricultura

urbana e outras iniciativas, que são capazes de promover as premissas que compõem cidades saudáveis.

A horta apresentada neste artigo está localizada próxima a uma área de preservação permanente e sua implantação fortalece as ligações urbanas e rurais, preservação ambiental e as variáveis administrativas entre saúde e planejamento urbano. O uso de estratégias que contemplem a agricultura urbana traz inúmeros benefícios ao território e estão intimamente ligadas às novas relações do indivíduo com o meio em que está inserido. No período de pandemia em que a alimentação e nutrição são um dos elementos fundamentais para proteção e proteção da saúde é importante prover meios de abastecimento a alimentação saudável, geração de trabalho e renda que oportunize o desenvolvimento do capital humano e social.

Observa-se que estratégias como hortas comunitárias poderiam ser adotadas em outros territórios em planos de ação atrelados ao ordenamento do território como ferramenta de abordagem dos determinantes sociais da saúde, garantindo o desenvolvimento de uma rede de abastecimento local, propiciando segurança alimentar e complementação de renda, além de benefícios diretos à saúde física e mental.

As hortas fazem parte de um contexto macro da busca pelo saudável e pelo acesso a itens básicos, como frutas e verduras, para melhoria nutricional e conseqüentemente ao sistema imunológico. Em um contexto de cidades saudáveis, múltiplos níveis de ação são necessários, às intervenções urbanas combinadas são projetos na cidade com potencialidades de abordar a saúde multidimensional associada às decisões do planejamento urbano e devem permanecer como pautas prioritárias na gestão pública.

O ordenamento do território quando tem por objetivo o cumprimento da sua função social pode ser propício à criação de bem-estar coletivo e estimular o engajamento dos habitantes dos municípios na recuperação de áreas degradadas, o que contribui com a saúde planetária e integral. Esta abordagem se conecta, na escala do monitoramento local, com o modelo de determinantes sociais de saúde, em que aspectos territoriais e características sociais afetam a saúde individual e coletiva (BUSS; PELLEGRINI, 2007).

Identificou-se a estratégia de agricultura urbana em resposta ao determinante social *produção agrícola e de alimento*, proposto por Dahlgren e Whitehead (1991), mas também o quanto ela interage em resposta aos estilos de vida de pessoas e novas formas de trabalho no atual momento de pandemia, respeitando os fatores ambientais e culturais na cidade, independente de gênero, sexo e faixa etária que são voltadas para o bem comum.

Em cidades pequenas, as escolhas do planejamento urbano, tem o potencial de moldar um desenvolvimento saudável e sustentável, que considere boas práticas de outras experiências exitosas no Brasil e no mundo, para as áreas urbanas consolidadas e em expansão.

Voltar a atenção para seus benefícios pode favorecer o fortalecimento da busca pela colaboração em diferentes setores do governo local, da sociedade civil, da academia e de entidades privadas. Desenvolver habilidades relacionadas a um pensamento holístico contribui com a pauta nacional e internacional que contemplam a temática da saúde em todas as políticas, e avançam nas premissas das cidades saudáveis.

Cidades pequenas possuem uma estrutura de governança simplificada, e intervenções

urbanas, se de interesse, podem ocorrer de maneira rápida pela articulação direta da gestão pública e interlocutores atuantes nas causas sociais como organizações não governamentais, empresas, líderes comunitários e coletivos. Redes de colaboração podem contribuir para reverberação dos resultados e com a propagação micro macro das transformações urbanas, seus resultados multidimensionais, e aparato necessário para que ocorram.

Em destaque, estão presentes questões de natureza intersetorial, que podem afetar a condição e o modo de vida da população que devem ser consideradas pelos planejadores urbanos, e tem potencial para trazer mudanças sistêmicas, como combate à exclusão social, aumento da mobilidade, ordenamento urbano e redução da poluição (FABRÍCIO *et al.*, 2019) e estão relacionadas à saúde. Estratégias para cidades saudáveis que abrangem as abordagens sociais e epidemiológicas têm igual importância à abordagem clínica, são complementares na promoção da saúde (LIMA, 2016) e podem ser implementadas no contexto do planejamento urbano. Hortas urbanas e jardins comunitários no contexto do planejamento urbano possuem o potencial de envolver a comunidade na construção e nos cuidados dos espaços coletivos e promovem a saúde individual, coletiva e planetária (SPERANDIO; BLOES, 2020). As infraestruturas verdes como parques lineares, corredores ecológicos e arborização, quando planejados em conjunto com estratégias de promoção da saúde, podem gerar renda, alimentação saudável e oportunidades de socialização para aumentar o engajamento e mobilização social e beneficiar a biodiversidade, conservação dos espaços em uma ótica de ordenamento territorial que considera critérios ecológicos e sociais.

Os projetos de agricultura urbana são ainda oportunidades de educação territorial que podem ser aproveitadas em escolas, e em programas de educação continuada, considerando que a busca por cidades saudáveis e sustentáveis requer o envolvimento em projetos transdisciplinares, de aplicação prática, que permitem o aprendizado ao se desenvolver e participar de atividades (SIMON, 2021).

Conclusões

O desenvolvimento de cidades saudáveis necessita de monitoramento dos avanços no processo e implementação de políticas intersetoriais que atendam as premissas objetivas e subjetivas da saúde plena. A inclusão de diretrizes e responsabilidades, perante a promoção da saúde, formuladas a partir de evidências locais e teóricas de quais são as estratégias efetivas, eficazes e eficientes, e metas alinhadas às demandas da população e do território fazem parte do planejamento urbano saudável (DE LEEUW, 2017).

A agricultura urbana e recuperação de vazios urbanos em projetos comunitários podem ser pensadas na esfera do planejamento urbano, utilizando-se das premissas das cidades saudáveis para embasar desenvolvimento sustentável e sustentado e com ampla participação social.

Vale destacar a importância da utilização de tecnologias sociais leves que possam ser incorporadas por comunidades locais e gestão pública, bem como modelos que descrevem fatores e condicionantes que podem influenciar os determinantes sociais da saúde nos territórios, facilitando o desenvolvimento urbano local de uma cidade pequena e viabilizando estratégias para o enfrentamento de pandemias.

As redes são elementos importantes para a troca de experiências entre cidades

pequenas, onde o *stakeholder* engajado e proativo pode desencadear transformações que beneficiam o bem-estar coletivo ao ativar ações coordenadas localmente.

O monitoramento contínuo dos projetos locais, a reflexão sobre suas inter-relações e sinergias, por meio das evidências intersetoriais geradas, no contexto da gestão da cidade, são estratégias de um planejamento urbano saudável que impulsionam o fortalecimento das comunidades, desenvolvimento social e econômico e geram resiliência.

A implementação de projetos como as hortas comunitárias e os canteiros medicinais, em vazios urbanos, são de baixo investimento e pouca complexidade, fatores que favorecem a replicação destas intervenções em outros locais das cidades pequenas, e sua expansão seria incentivada quando os seus resultados, alinhados a função social da propriedade e a promoção da saúde integral, são compreendidos e divulgados, em especial seu potencial de contribuição frente a situações de crise, como na pandemia COVID-19.

Referências

BRANDÃO, Israel Rocha. Na trilha do município saudável. In: SPERANDIO, Ana Maria Girotti (org). *Políticas Integradas em Rede e Construção de Espaços Saudáveis: boas práticas para a iniciativa do Rosto, Vozes e Lugares*. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde, 2010, p. 31-37. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politicas_integradas_rede_construcao.pdf> Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei 906/2015. *Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1150824>. Acesso em: 20 mar. 2021

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade*. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Ministério da Saúde, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. *Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)*. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acesso em: 20 mar. 2021

BRASIL. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. *Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde*. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/PNPIC%202006.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2007, p. 77-93.

CAPOLONGO, Stefano; BUFFOLI, Maddalena; MOSCA, Erica Isa; GALEONE,

Daniela; D'ELIA, Roberto; REBECCHI, Andrea. Public health aspects' assessment tool for urban projects, according to the urban health approach. In: TORRE, Della Stefano, CATTANEO, Sara, LENZI, Camilla, Zanelli Alessandra. *Regeneration of the Built Environment from a Circular Economy Perspective*. Springer, Cham, 2020. p. 325-335. CHENARIDES, Lauren; GREBITUS, Carola; LUSK, Jayson ;PRINTEZIS, Irina. Food consumption behavior during the COVID-19 pandemic. *Agribusiness*, v. 37,n.1, 2021, p. 44-81.

COSTA, Pablo. Usos temporários em tempos de pandemia: o Drive-in como ferramenta exploratória. *Finisterra*, Lisboa, v. 55, n. 115, 2020, p. 145-151

DAHLGREN Göran; WHITEHEAD Margaret. Policies and Strategies to promote social equity in health. Stocolm, *Institute for Future Studies*; 1991.

DA SILVA, Arione Porto. Agenda e políticas públicas: o caso da agricultura urbana e periurbana em Maceió/Al. *Revista Sinais*, Vitória, v. 1, n. 24, 2020.

DE LEEUW, Evelyne. From Urban Projects to Healthy city policies. In: DE LEEUW, Evelyne; SIMOS, Jean. *Healthy Cities*. Springer, New York, NY, 2017, p. 407-437.

DELGADO, Cecília. Acrise como oportunidade para repensar o Ordenamento Territorial. *Revista Jatobá*, Goiânia, v. 2, 2020.

FABRÍCIO, Edmar Pereira; BRUM, Nelci Denti; PINTO, Rodrigo Barcelos; KÖHLER, Felipe. Ariel. Planejamento urbano sustentável. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 2, 2019, p. 1326-1338

FAO- Food and Agriculture Organization of the United Nations (2019). *Twelve Organizations Promoting Urban Agriculture around the World*. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/461898/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FIAN International. *Impacto da Covid-19 na Realização do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas Relatório preliminar de monitoramento*. Abril, 2020. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Relatorio-covid-19-fian-internacional-formatado.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GADELHA, Paulo; DE NORONHA, José Carvalho; PEREIRA, Telma Ruth (Ed.) *A saúde no Brasil em 2030: diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Orçamento Familiares 2017, 2018. Primeiros Resultados*. 2019 IBGE - Rio de Janeiro: IBGE, 2019, 72 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama do município de Conchal/SP, 2020*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/conchal/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Agricultura familiar e*

abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. 2020 (Nota Técnica nº 69). Brasília, DF: Ipea, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9996/1/NT_69_Disoc_Agricultura%20familiar%20e%20abastecimento.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

GUARNIERI, Jussara Conceição. Atividades físicas no contexto urbano saudável: a experiência de Conchal [SP]. *Labor e Engenho*, Campinas, v. 12, n. 4, 2018, p. 533-539.

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS (LABINUR). *Relatório Avaliação de pós ocupação em área envoltória à horta comunitária Conchal/SP, 2015*. Documento interno organizado por Sperandio, Ana Maria Girotti na disciplina AQ100 Planejamento Urbano como promotor da Cidade Saudável. Laboratório de Investigações Urbanas da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS (LABINUR). *Planejamento urbano como promotor da saúde: monitoramento de tipos de horta na cidade, 2015*. Documento interno organizado Sperandio, Ana Maria Girotti na disciplina AQ 105 Planejamento Urbano e a Cidade Saudável. Laboratório de Investigações Urbanas da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS (LABINUR). *Relatório de visita a Santa Bárbara D'Oeste, 2019*. Documento interno organizado por Sperandio, Ana Maria Girotti na disciplina AQ104 Tópicos Especiais V: Estratégias para o Desenvolvimento do Planejamento Urbano para Cidade Saudável. Laboratório de Investigações Urbanas da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS (LABINUR). *Relatório da visita técnica ao município de Conchal, 2019*. Documento interno organizado por Sperandio, Ana Maria Girotti. na disciplina AQ104 Tópicos Especiais V: Estratégias para o Desenvolvimento do Planejamento Urbano para Cidade Saudável. Laboratório de Investigações Urbanas da Faculdade de Engenharia Civil e Arquitetura da Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

LIMA, Samuel do Carmo. *Território e Promoção da Saúde: Perspectivas para a Atenção Primária à Saúde*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

MARGEM, Camila Garcia Fernandes de Souza; SILVA, Neliton Marques. Agricultura urbana, governança territorial e planejamento urbano em área protegida de Manaus–Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 23, 2021, p. 809-834.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2015)*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso: 18. mar. 2021.

REDE DE MUNICÍPIOS POTENCIALMENTE SAUDÁVEIS - RMPS. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.redemunicipiosps.com.br/contato/>. Acesso em: 24 mar 2021.

SIMON, Sandrine. Territorial Education through Urban Agriculture: Contributing to Building Sustainable Cities in Times of a Pandemic. *Current Issues in Comparative Education (CICE)*, Colombia, v. 23, n. 1, 2021, p. 31-47.

SOUZA, Bruna Fernanda do Nascimento Jacinto de; BERNARDES, Milena Serenini; VIEIRA, Valéria Cristina Ribeiro; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo; MARÍN-LEÓN Leticia; CAMARGO, Daniele Flaviane Mendes; SEGALL-CORRÉA, Ana Maria. (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, v. 4, 2021, p. 1-10.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. WORLD HEALTH SUMMIT REGIONAL MEETING. Coimbra, Portugal. 2018.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti, Bloes, Rodrigo Brandini. *Community Urban Gardens: Social Instrument for Healthy and Health-Promoting Cities 2020*. In: Leal Filho W., Wall T., Azul A., Brandli L., Özuyar P. (eds) Good Health and Well-Being. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals. Springer, Cham. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-69627-0_121-1. Acesso em: 10 mar. 2021.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. Estratégias do planejamento urbano e da promoção da saúde: A mandala da cidade saudável. *Intellectus Revista Acadêmica Digital*, Jaguariúna, vol 58 N.º1. 2020. p 79-95.

TSOUROS, Agis D. *The healthy cities movement*. Urban Health. New York: Oxford University Press, 2019, p. 285-292

URBINLAB. *Desafios, conflitos e oportunidades para a Cidade em tempos de COVID 19*. Lisboa. Maio, 2020. Disponível em: http://urbinlab.fa.ulisboa.pt/images/2020/URBinLAB_COVID_2020.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

UN-HABITAT; WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Integrating health in urban and territorial planning: a sourcebook*. Geneva: WHO, Nairobi: UN-Habitat. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/integrating-health-in-urban-and-territorial-planning>. Acesso em: 10 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Health Assembly, 39. (1986). *Evaluation of the strategy for health for all by the year 2000: seventh report on the world health situation*. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/161997>. Acesso em: 12 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Health Promotion Glossary (WHO/HPR/HEP/98.1)* Geneva, Switzerland: WHO, 1998. Disponível em: <https://www.who.int/healthpromotion/about/HPR%20Glossary%201998.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Carta de Ottawa, 1986. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Promoção da Saúde: declaração de Alma-Ata: Carta de Ottawa: declaração de Adelaide: declaração de Sundsvall: declaração de Santafé de Bogotá: declaração de Jacarta: rede dos Megapaíses: declaração do México*. Brasília: Ministério da Saúde/ FIOCRUZ, 2001. p. 11-18.